



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681286 - SP (2021/0225907-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
FERNANDO SOARES TOLOMEI - SP315005  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MATHEUS MAGALHAES DOS SANTOS (PRESO)  
**CORRÉU** : CRISTINA DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de MATHEUS MAGALHAES DOS SANTOS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (1506304-86.2019.8.26.0482).

O paciente foi condenado em primeiro grau a pena de 2 anos e 8 meses no regime inicial aberto e substituída a pena corporal por restritiva de direitos, por infração ao art. 155, §§ 1º e 4º, IV, do Código Penal. O paciente, que respondeu preso ao processo, teve a prisão revogada, diante da pena aplicada ao caso concreto em primeiro grau de jurisdição.

Interposto recurso do Ministério Público, o TJSP deu provimento ao apelo para condenar o paciente pelo crime de roubo majorado. Impôs-lhe a pena de 8 anos e 9 meses de reclusão no regime inicial fechado.

A impetrante sustenta que “mesmo sem qualquer alteração nas circunstâncias fáticas; sem qualquer notícia de que o réu, em liberdade, houvesse colocado em risco a ordem pública, decretou-se novamente a prisão preventiva do paciente em nítida intenção de antecipar o cumprimento da pena”.

Ante o exposto, requer:

- a. conceder liminarmente a medida cautelar de expedição de contramandado ou alvará de soltura (para a hipótese de o réu já ter sido capturado na ocasião do julgamento do pedido), enquanto tramita o presente habeas corpus;

- b. subsidiariamente, determinar a inclusão cautelar do paciente no regime aberto ou, no máximo, semiaberto, enquanto tramita o presente *writ*;
- c. em seguida, notificar a autoridade coatora, a fim de que preste as devidas informações e para que, em seguida, ouvido o Ministério Público, seja concedida a ordem para:
  - i. regressar a pena base ao mínimo legal;
  - ii. fazer preponderar a circunstância atenuante da confissão espontânea sobre a agravante da idade da vítima, na forma do art.67 do CP e à luz da Súmula 545 do STJ;
  - iii. desconsiderar a causa de aumento da utilização da arma de fogo, diante da deficiência de fundamentação e pela incoerência epistemológica do reconhecimento desta causa de aumento no presente caso;
  - iv. modificar o regime inicial de cumprimento de pena para o aberto ou, no máximo, semiaberto, com fulcro no art. 33, §§ 3º e 2º, “c” e “b”, c/c art. 59, III, ambos do Código Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em *habeas corpus* apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC n. 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente